Revista Educação, Direito e Sociedade

ISSN 3086-2531

AUTISMO E DIREITOS HUMANOS: UMA LEITURA HISTÓRICO-FILOSÓFICA

AUTISM AND HUMAN RIGHTS: A HISTORICAL-PHILOSOPHICAL READING

AUTISMO Y DERECHOS HUMANOS: UNA LECTURA HISTÓRICO-FILOSÓFICA

Luciane Franciele Kobs[1]
Adilson Cristiano Habowski[2]

RESUMO
Este artigo apresenta uma leitura histórico-filosófica sobre o autismo a partir da perspectiva dos direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, inspirada em autores como Donvan e Zucker (2017), Orrú (2016) e Deleuze (1997), que busca compreender como o autismo foi sendo historicamente construído, nomeado e interpretado em diferentes contextos sociais e científicos. O percurso analítico evidencia o deslocamento de concepções marcadas por uma perspectiva médica, patologizante e excludente — associada a práticas de institucionalização e à culpabilização das famílias — para compreensões que reconhecem o autismo como condição do neurodesenvolvimento e afirmam o direito à diferença. A análise problematiza os modos pelos quais saberes científicos, discursos sociais e práticas institucionais contribuíram para produzir sentidos sobre o autismo ao longo do tempo, destacando os avanços que emergem quando essa condição passa a ser compreendida no horizonte da dignidade humana, da inclusão e da valorização das singularidades. Conclui-se que pensar o autismo na perspectiva dos direitos humanos implica reconhecer a diversidade das formas de existir, promovendo práticas sociais e educativas comprometidas com o respeito, a escuta e o acolhimento das diferenças.
PALAVRAS-CHAVE: autismo; devir humano; história; inclusão.

ABSTRACT
This article presents a historical-philosophical reading of autism from a human rights perspective. It is a qualitative, bibliographic study inspired by authors such as Donvan and Zucker (2017), Orrú (2016), and Deleuze (1997), which seeks to understand how autism has been historically constructed, named, and interpreted across different social and scientific contexts. The analytical path highlights a shift from conceptions marked by a medicalized, pathologizing, and exclusionary perspective—associated with practices of institutionalization and the blaming of families—toward understandings that recognize autism as a neurodevelopmental condition and affirm the right to difference. The analysis problematizes the ways in which scientific knowledge, social discourses, and institutional practices have contributed to producing meanings about autism over time, emphasizing the advances that emerge when this condition begins to be understood within the horizon of human dignity, inclusion, and the recognition of singularities. It concludes that thinking about autism from a human rights perspective implies recognizing the diversity of ways of being, promoting social and educational practices committed to respect, listening, and the welcoming of differences.
KEYWORDS: Autism; Human Rights; History; Inclusion.

RESUMEN
Este artículo presenta una lectura histórico-filosófica sobre el autismo desde la perspectiva de los derechos humanos. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico, inspirada en autores como Donvan y Zucker (2017), Orrú (2016) y Deleuze (1997), que busca comprender cómo el autismo ha sido históricamente construido, nombrado e interpretado en distintos contextos sociales y científicos. El recorrido analítico evidencia

[1] Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Graduada em Pedagogia pela Uniasselvi (2011) e especialista em Educação Especial pela Unoesc (2013). Professora na FCEE. E-mail: a113717@uri.edu.br
[2] Doutor em Educação pela Universidade La Salle (2023). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

ISSN 3086-2531

el desplazamiento de concepciones marcadas por una perspectiva médica, patologizante y excluyente —asociada a prácticas de institucionalización y a la culpabilización de las familias— hacia comprensiones que reconocen el autismo como una condición del neurodesarrollo y que afirman el derecho a la diferencia. El análisis problematiza los modos en que los saberes científicos, los discursos sociales y las prácticas institucionales han contribuido a producir sentidos sobre el autismo a lo largo del tiempo, destacando los avances que emergen cuando esta condición pasa a ser comprendida en el horizonte de la dignidad humana, la inclusión y la valorización de las singularidades. Se concluye que pensar el autismo desde la perspectiva de los derechos humanos implica reconocer la diversidad de las formas de existir, promoviendo prácticas sociales y educativas comprometidas con el respeto, la escucha y la acogida de las diferencias.
PALABRAS CLAVE: Autismo; Derechos Humanos; Historia; Inclusión.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar o autismo é atravessar a própria história da diferença e, com ela, revisitar as formas pelas quais definimos o que é ser humano. Em cada época, o olhar lançado sobre o autismo evidenciou tanto os limites do saber científico quanto os contornos culturais e morais de seu tempo. A história do autismo é, portanto, também a história de um olhar: um olhar que primeiro exclui, depois investiga e, pouco a pouco, aprende a escutar.

Este artigo convida o leitor a um percurso que vai além da simples sucessão cronológica dos fatos. Trata-se de uma travessia histórico-filosófica que busca compreender as transformações no modo como o autismo foi percebido, interpretado e ressignificado, desde as primeiras observações científicas do século XX até seu entendimento contemporâneo como condição do neurodesenvolvimento e expressão legítima da diversidade humana.

Mais do que descrever acontecimentos, pretende-se compreender as forças discursivas e sociais que estruturaram essas interpretações, muitas vezes ancoradas em práticas de exclusão, bem como o movimento de transformação que possibilitou a emergência de um olhar mais sensível, ético e inclusivo. O texto sustenta-se na perspectiva do devir, entendendo que nada é estático: nem o conceito, nem a ciência, nem o próprio humano. O devir é movimento, travessia e campo de abertura no qual conhecimento e experiência se entrelaçam, produzindo novas possibilidades de existência.

Partimos das descrições pioneiras de Leo Kanner às reformulações contemporâneas apresentadas no DSM-5, nas quais o autismo se delineia como um território de transformações conceituais e simbólicas que tensionam a própria ideia de normalidade. Inspirado em autores como Donvan e Zucker (2017), Orrú (2016) e Deleuze (1997), este trabalho entrelaça história, filosofia e educação, reconhecendo que compreender o autismo é também compreender o tempo que o produz, com suas crenças, seus medos e suas tentativas de controle.

ISSN 3086-2531

Para acompanhar essa fluidez interpretativa, este artigo opta por uma escrita organizada em bloco único, prescindindo de subdivisões por subtítulos. Tal escolha justifica-se pelo entendimento de que o percurso analítico aqui proposto constitui um único movimento reflexivo, um fluxo contínuo de pensamento que busca espelhar o próprio conceito de devir. Trata-se, igualmente, de evidenciar o deslocamento que ocorre quando o olhar científico se transforma em escuta humana.

Ao dialogar com o campo da educação em direitos humanos, esta reflexão reconhece que a trajetória do autismo também é marcada por movimentos de resistência e afirmação da existência. Cada revisão teórica, cada mudança de nome, cada gesto de escuta e cada quebra de paradigma constitui, em si, um ato político e ético, um modo de afirmar que toda vida tem lugar.

Falar de autismo é, assim, falar de humanidade. É reconhecer que estar no mundo significa criar espaços de pertencimento e compreender que cada existência, com suas singularidades, amplia as possibilidades de viver juntos.

O AUTISMO E O DEVIR HUMANO: UM PERCURSO HISTÓRICO DE RECONHECIMENTO

Não houve apenas leis, decretos ou políticas; houve corpos. Corpos que resistiram, que ocuparam espaços negados, que lutaram silenciosamente por um lugar no mundo. Corpos que desafiaram o tempo e a norma, que se fizeram presentes mesmo quando o olhar social insistia em torná-los invisíveis. O tempo da exclusão e o tempo da inclusão se entrelaçam: não são opostos, mas partes de um mesmo processo inacabado. Ainda estamos sendo, ainda estamos aprendendo a existir juntos, a reconhecer o outro não como ausência, mas como potência.

Entre esses corpos, há aqueles que o mundo um dia chamou de “distantes”, “fechados em si mesmos”, “diferentes demais”. Mas o autismo sempre esteve aqui, antes de ser nomeado, antes de caber em diagnósticos e manuais. Existia como presença sutil e profunda — nos olhares que fugiam, mas também buscavam, nos gestos que o tempo não compreendia, mas que carregavam um sentido inteiro. Como descrevem Donvan e Zucker (2017), antes mesmo da palavra existir, havia uma “geometria crua” e uma “necessidade extrema de mesmice” que organizavam a vida desses sujeitos, revelando que a lógica do autismo já operava de forma plena e autêntica. Nas palavras que não vinham, mas que mesmo assim diziam o essencial. O

ISSN 3086-2531

autismo não começou com a ciência, nem termina na compreensão dos outros. Ele é parte da história humana, uma forma singular de estar no mundo, de sentir, de perceber, de ser. Reconhecer isso é mais do que um ato de inclusão: é um ato de humanidade.

Séculos de relatos descrevem pessoas com comportamentos, sensibilidades e formas de comunicação que hoje reconhecemos como pertencentes ao espectro autista. Eram presenças que o tempo não percebia, mas que deixavam sinais, fragmentos de uma existência que ainda buscava tradução. As primeiras descrições falavam de vínculos que não se estabeleciam da forma esperada, de afetos expressos em gestos sutis, em silêncios, em ritmos próprios. Tratava-se de modos de estar no mundo que escapavam às convenções sociais vigentes, produzindo estranhamento não por ausência de humanidade, mas por excesso de singularidade (Donvan; Zucker, 2017). Esses registros revelam que, antes de qualquer nomeação científica, já havia experiências que tensionavam os limites do que se compreendia como interação, linguagem e reciprocidade, evidenciando que o autismo antecede sua própria definição conceitual.

Entre anotações e tentativas de compreensão, emergia a inquietação diante do novo, bem como o desejo de conferir forma científica ao que antes era apenas intuição. O que ali se constituía não era apenas um diagnóstico em gestação, mas a elaboração de um campo discursivo que buscava organizar a diferença. Conforme descrevem Donvan e Zucker (2017, p. 44), tratava-se de "[...] pouco a pouco, aquela que viria a ser a descrição seminal de uma criança com autismo, palavra e diagnóstico ainda inexistentes". Esse esforço de Kanner não apenas nomeava comportamentos, mas inaugurava uma nova forma de olhar, transformando o estranhamento inicial em um território sistemático de investigação clínica.

Esse movimento não era apenas descritivo, mas profundamente interpretativo. Ao registrar comportamentos e padrões de interação, inaugurava-se também uma forma específica de olhar: um enquadramento que buscava organizar a diferença dentro dos parâmetros da ciência nascente. A escrita clínica tornava-se, assim, um espaço de transição entre o estranhamento e a sistematização, entre a experiência singular da criança e a necessidade de inscrevê-la em categorias compreensíveis (Donvan; Zucker, 2017). O que se constituía ali não era somente um diagnóstico em gestação, mas um campo discursivo capaz de definir modos de nomear, compreender e, consequentemente, intervir sobre essas existências.

Kanner (1997), ao registrar suas observações, acreditava ter identificado o que chamou de "distúrbio autístico do contato afetivo". Em suas palavras, "O distúrbio fundamental mais

ISSN 3086-2531

surpreendente, ‘patognômico’, é a incapacidade destas crianças de estabelecer relações de maneira normal com as pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (Kanner, 1997, p. 156).

No entanto, o que parecia incapacidade talvez fosse apenas outro modo de se conectar: um jeito distinto de habitar o encontro, de construir o laço, de existir entre os outros. O olhar científico tentava classificar, mas a vida sempre escapa às classificações. A cada diagnóstico, um gesto; a cada termo, uma tentativa de tradução. Não se tratava de ausência, embora assim tenha sido interpretado, mas de uma presença diferente, ainda sem nome.

Essa existência sem nome tensionava os limites da medicina da época. Antes da formalização clínica, observavam-se crianças que pareciam habitar uma realidade regida por uma geometria própria, na qual o fascínio pela mesmice e a precisão dos ritmos inanimados substituíam as convenções da reciprocidade social. Donvan e Zucker (2017) relatam que, nesse período de indefinição, as famílias oscilavam entre o estranhamento e a proteção, lidando com comportamentos que não se enquadravam nos diagnósticos de “esquizofrenia infantil” ou “debilidade mental”. Havia algo de profundamente novo e autêntico naquelas trajetórias: uma forma de ser que, segundo os autores, representava “algo para o qual a medicina ainda não tinha um nome” (Donvan e Zucker, 2017, p. 39). Assim, antes mesmo da palavra “autismo” ser proferida, a vida já se manifestava em sua plenitude, desafiando a ciência a expandir seus próprios horizontes para tentar captar tamanha singularidade.

Entre a busca por respostas e a resistência do mistério, o autismo começou a ganhar corpo na história: não como desvio, mas como parte do vasto devir humano. Nas palavras de Leboyer (1995, p. 10), “a grande originalidade de Kanner foi, pois, a de individualizar, em um grupo de crianças que lhe foram encaminhadas, seja por debilidade mental ou esquizofrenia, uma síndrome nova reunindo sinais clínicos específicos, formando um quadro clínico totalmente à parte e diferenciado das síndromes psiquiátricas pré-existentes”. Conforme Orrú (2016), foi no século XX que o olhar científico se voltou, de modo mais sistemático, para essas crianças que pareciam habitar outro ritmo, outro modo de estar no mundo. A partir de registros clínicos e observações reiteradas, Leo Kanner delineou caminhos que dariam forma ao que mais tarde seria denominado autismo infantil precoce, identificando características que não se ajustavam às classificações psiquiátricas vigentes na época.

ISSN 3086-2531

Seu trabalho não se limitou à observação científica: ao sistematizar padrões de interação caracterizados por isolamento social, interesses restritos e peculiaridades na linguagem, ele trouxe essas crianças do anonimato da incompreensão para o campo da investigação específica. Sua escrita clínica, ao mesmo tempo, revelou o esforço de captar aquilo que se manifestava nos silêncios, nos olhares evitativos, nas repetições e nos modos singulares de vinculação. Essa sistematização, conforme Donvan e Zucker (2017), carregava, no entanto, a ambiguidade de seu tempo. Embora Kanner oferecesse um nome para o inominável, ele circunscrevia a experiência dessas crianças a um "isolamento autístico", que, à luz da época, parecia constituir uma barreira intransponível para a vida social.

O que se iniciava ali era a construção de um arquivo de trajetórias humanas que, de acordo com Donvan e Zucker (2017), embora já nomeadas, enfrentavam resistência para serem compreendidas além da perspectiva do déficit. Esse primeiro esforço de tradução clínica não apenas inaugurou um diagnóstico, mas também lançou as sementes de um debate ético que atravessaria o século: o desafio de reconhecer que aquilo que a ciência interpretava como *"falta de contato"* constituía, na realidade, uma forma radicalmente diferente de presença, um devir que se recusava a ser reduzido a uma patologia estática.

Ainda segundo Orrú (2016), nomear foi, nesse contexto, um ato ambíguo, pois, se por um lado organizava a diferença sob critérios diagnósticos, por outro inaugurava a possibilidade de reconhecê-la como expressão legítima de um modo distinto de desenvolvimento. Assim, essas existências deixavam de ser apenas enigmas para serem compreendidas como parte da diversidade humana.

Kanner (1997) observava comportamentos, gestos e afetos, buscando, nas entrelinhas da vida das crianças, as marcas de um modo singular de existir. Em seu movimento investigativo, organizou as primeiras descrições, sistematizou percepções e deu contorno teórico àquilo que até então era apenas intuição (Orrú, 2016). Em seu *Manual de Psiquiatria Infantil* (1935), Kanner estabeleceu o autismo como um dos temas centrais, não como uma descoberta isolada, mas como o início de um devir de compreensão — um convite para que a ciência reconhecesse o humano em suas múltiplas formas de expressão (Orrú, 2016). Nesta obra, ele consolidou critérios diagnósticos e firmou a psiquiatria infantil como campo autônomo, separando o que chamava de *"psicose infantil"* das deficiências intelectuais generalizadas.

ISSN 3086-2531

Conforme relatam Donvan e Zucker (2017), o manual funcionou como um marco regulatório que permitiu aos clínicos da época identificar que aquelas crianças, outrora relegadas ao esquecimento das grandes instituições, possuíam uma organização interna coerente e específica. Ao detalhar a *"insistência na mesmice"* e as *"ilhas de habilidade"*, Kanner ofereceu a primeira gramática científica para ler o que antes era considerado ilegível, transformando o diagnóstico em um ponto de partida para a escuta. Esse gesto acadêmico reafirma que o conhecimento sobre o autismo nunca foi estático: nasceu como uma escrita aberta, um campo em permanente transformação que exigia [e ainda exige] que a ciência se desloque de suas certezas para encontrar a singularidade de cada sujeito.

Ao longo de seu percurso, Kanner revisitou reiteradamente suas próprias formulações no manual, retornando aos caminhos inaugurados na tentativa de compreender aquilo que ainda escapava às delimitações diagnósticas. Suas revisões não indicavam apenas ajustes técnicos, mas revelavam a instabilidade de um conceito em construção, tensionado entre a necessidade de classificação e a complexidade das experiências observadas. Cada reformulação representava um esforço de aproximação ao desconhecido, buscando dar contorno científico ao que permanecia resistente às definições fechadas. Nesse processo, o autismo deixava de ser apenas um rótulo fixo e passava a constituir-se como campo de investigação em transformação, deslocando-se de uma categoria rígida para uma questão aberta. Assim, consolidava-se não apenas um diagnóstico, mas uma reflexão sobre os limites e avanços da ciência diante da diversidade humana (Donvan; Zucker, 2017).

O primeiro caso descrito por Kanner foi o de Donald Triplett, cuja singularidade despertou sua atenção e se tornou o ponto de partida para observações subsequentes. Antes de ser registrado como o "Caso 1" da literatura médica, Donald demonstrava habilidades extraordinárias para padrões numéricos e rimas, bem como um interesse intenso por objetos inanimados, que manipulava repetidamente com atenção concentrada (Donvan; Zucker, 2017).

Essa forma de estar no mundo, marcada por uma "necessidade extrema de mesmice", revelava que o que a clínica interpretaria como isolamento era, na verdade, uma organização interna coerente e autêntica. A trajetória de Donald simboliza o "devir humano" que seu artigo propõe: mesmo diante da ameaça de institucionalização no *Preventorium*[3] a resistência de sua

[3] O Preventorium, fundado em 1930 e localizado em Sanatorium, Mississippi, acolhia exclusivamente crianças brancas com idades entre quatro e onze anos. A instituição podia receber até cinquenta crianças simultaneamente,

ISSN 3086-2531

família em trazê-lo de volta ao convívio social permitiu que sua singularidade florescesse. Assim, o caso de Donald inaugura não apenas um diagnóstico, mas a história de um corpo que resistiu às categorizações simplistas da época, reafirmando que a vida, em sua multiplicidade, sempre precede e excede o manual científico.

A partir de Donald, outros onze casos foram documentados, permitindo que ele delineasse essas características, tão peculiares, que para a maioria, ainda eram interrogações (Donvan; Zucker, 2017). Naquela época, "o autismo era um diagnóstico tão raro e tão pouco pesquisado que só alguns médicos estavam informados a seu respeito ou mesmo tinham ouvido falar nele (Donvan; Zucker, 2017, p. 89). Em seus estudos iniciais, Kanner (1997) defendia que o autismo possuía uma origem inata, isto é, estava presente desde o nascimento e não resultava de influências externas. Como observa Deleuze (2016, p. 27), "[...] esses sintomas aparecem em migalhas, difíceis de totalizar, de unificar numa entidade coerente e bem localizável: por toda parte uma síndrome discordante, sempre em fuga sobre si mesmo".

A definição proposta por Kanner (1997) descrevia o autismo como uma condição caracterizada por um conjunto específico de manifestações comportamentais, entre as quais se destacavam: perturbações nas relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, dificuldade no uso da linguagem para fins comunicativos, presença de boas potencialidades cognitivas, aparência física aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e maior incidência no sexo masculino. No entanto, suas conclusões não foram amplamente aceitas pela psiquiatria da época, que ainda buscava explicações predominantemente psicológicas ou ambientais para os transtornos do desenvolvimento (Kanner, 1997).

Durante suas observações, Kanner (1997) notou que muitas das famílias das crianças estudadas pertenciam a classes sociais mais altas e eram compostas por pais com elevado nível intelectual. Em alguns casos, descreveu esses pais como pessoas mais reservadas, introspectivas e com interesses voltados a questões abstratas, o que acabou sendo interpretado de forma equivocada por parte da comunidade científica. Conforme Donvan e Zucker (2017. p. 31) "[...] a classe social e o grau de instrução eram partes importantes da decisão de institucionalizar. Quanto mais elevada fosse a posição da família na escala social, tanto mais lógico era internar o filho".

todas colocadas, conforme prometido aos pais, sob os cuidados do estado do Mississippi, residindo "sob constante supervisão médica especializada" (Donvan; Zucker, 2017).

ISSN 3086-2531

Em 1944, o pediatra Hans Asperger observou crianças com dificuldades de interação social com o mundo, denominando essa condição de "Psicopatia Autística". As crianças apresentavam um quadro clínico semelhantes ao que Kanner havia descrito um ano antes, porém, apresentavam a linguagem bem preservada e um bom quadro cognitivo. Asperger acreditava que tais crianças se difeririam das crianças com Autismo à medida que não eram tão perturbadas, demonstravam capacidades especiais, desenvolviam falas altamente gramaticais em uma idade precoce (Dias, 2015). O autor utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional destes indivíduos.

Apesar de Asperger e Leo Kanner serem contemporâneos, Dias (2015) menciona que a publicação de Kanner foi rapidamente difundida na comunidade científica, enquanto o artigo de Asperger, escrito em alemão, só foi transcrito para o inglês por Lorna Wing[4] em 1981. Dessas leituras nasceram interpretações que transformaram o amor em suspeita. O autismo, por um tempo, foi visto como fruto da ausência de afeto, uma ferida aberta na relação entre mãe e filho. "O veredicto: o autismo era causado por mães que não amavam suficientemente os filhos" (Donvan; Zucker, 2017, p. 91). Assim, emergiu a chamada "teoria da mãe-geladeira", que atravessou a história como um eco frio, culpando as mães pelo silêncio dos filhos "geladeira que não degela" (Lima, 2014, p. 111).

As abordagens psicanalíticas da época sustentavam que o transtorno derivava de vínculos familiares frágeis, de um afeto que não teria se manifestado de forma adequada. Na realidade, o que ocorria era uma incompreensão do comportamento da criança. Essa perspectiva, que responsabilizava a família, especialmente a mãe, pelo desenvolvimento do transtorno, refletia-se também nas práticas clínicas. Programas de atendimento exigiam que, para a criança receber tratamento, a mãe fosse igualmente acompanhada, como se parte do problema estivesse situada nela (Donvan; Zucker, 2017).

[4] A escritora chamava-se Lorna Wing. Destacada participante do círculo de pesquisadores de Londres, era uma psiquiatra com consultório ativo, pesquisadora que publicava estudos revolucionários, autora de livros em linguagem acessível que ajudavam as famílias a enfrentar o autismo e ativista defensora das pessoas autistas. Durante os cinquenta anos em que atuou — da década de 1960 a 2010 — Wing eclipsou quase todos na área. Sua estatura singular entre os líderes da discussão global sobre o autismo — inclusive entre pesquisadores norte-americanos — era reforçada por uma diferença essencial em relação a outros estudiosos do campo, como Schopler, Lovaas, O'Connor, Hermelin, Rutter, Frith e Baron-Cohen (Donvan; Zucker, 2017).

ISSN 3086-2531

Casos como o de Rita, mãe de Steven, descritos por Donvan e Zucker (2017), revelam como a mulher era frequentemente submetida a terapias paralelas, sob a crença de que apenas sua "cura emocional" permitiria o progresso do filho e "elas se esforçavam para recordar os momentos em que podiam ter feito algo errado — sem sequer o saber —, algo que havia traumatizado os bebês de tal modo que eles se recolheram para sempre numa versão própria de realidade" (Donvan; Zucker, 2017, p. 91). Tal perspectiva deslocava o foco da compreensão científica para a responsabilização afetiva da mãe, reforçando a ideia de que a origem do autismo estaria vinculada a falhas na relação primária.

Essa perspectiva, sustentada pela teoria das chamadas "mães-geladeira", deslocava a responsabilidade pela condição da criança do campo científico para o moral e afetivo da maternidade. Esse deslocamento produzia sofrimento adicional às famílias e reforçava práticas de culpabilização. Mais do que um mero equívoco teórico, tratava-se de um regime de verdade que transformava o desconhecimento científico em julgamento emocional, convertendo as diferenças no desenvolvimento da criança em falhas relacionais. Ao atribuir o autismo à frieza materna, a ciência da época não apenas ignorava as dimensões biológicas e do neurodesenvolvimento, como também reproduzia concepções culturais sobre o papel da mulher, inscrevendo o diagnóstico em uma lógica de culpa e expiação. Revisitar esses episódios é fundamental para compreender que a história do autismo é também a história das violências simbólicas que acompanharam sua construção conceitual, e que o reconhecimento contemporâneo do autismo implica, igualmente, reparar essas narrativas e restituir dignidade às famílias injustamente responsabilizadas pelo incompreendido (Donvan; Zucker, 2017).

O desconhecido foi transformado em culpa, e o cuidado, em distância. Assim, as mães passavam a participar de um "tratamento contínuo para entender a causa de seu fracasso como mãe [que] fosse suficiente para, com o tempo, salvar Steven" (Donvan; Zucker, 2017, p. 91). Muitas famílias carregaram o peso desse olhar julgador, enquanto tentavam, com ternura e medo, compreender o que acontecia (Castela, 2013). Eram pais que "mal conheciam os filhos", considerados "frios" e "reservados". Para dizê-lo sem rodeios, "havia algo errado com todos eles" (Donvan; Zucker, 2017, p. 96).

Foi um tempo em que a ciência falava alto, e o afeto quase não tinha lugar. Um tempo em que a busca por explicação se sobrepunha ao acolhimento, e o diagnóstico se confundia com

ISSN 3086-2531

condenação. Hoje, essa visão é lembrada como um espelho de uma época; uma lembrança de quando o saber ainda não sabia escutar.

Nesse cenário de surdez clínica, a resistência começou a ganhar contornos coletivos. Segundo Donvan e Zucker (2017), ao desafiarem a lógica da institucionalização compulsória, as famílias iniciaram um movimento de busca por pares, transformando o isolamento doméstico em força política. Esse deslocamento foi fundamental para que o autismo deixasse de ser visto apenas como uma patologia do "vínculo destruído" e passasse a ser compreendido como uma condição que exigia direitos, educação e suporte estruturado.

Paralelamente, as palavras também feriam. Não eram apenas diagnósticos; eram sentenças. Chamavam de “débil”, de “demente”, de “mentecapto”, e acreditavam estar apenas nomeando o diferente. Mas as palavras carregam tanto o peso de quem as profere quanto o silêncio de quem as escuta.

> A problemática sobre as necessidades educativas especiais tem sido concebida, em diversas sociedades, como uma questão abrangente dos aspectos culturais e sociais de um povo que difere nas aparências o “deficiente” e o “não-deficiente”, deixando o rastro de estigma acompanhar e marcar a vida de muitos que, se não fosse a cultura, teria impedido sua capacidade de realização como sujeito (Orrú, 2012, p. 50-51).

Naquele tempo, o vocabulário médico vestia a autoridade da ciência, e cada termo parecia conter uma verdade absoluta sobre o que era ser humano. Diziam “anormal”; e a normalidade tornava-se o único horizonte possível. Chamavam de “incapaz”; e o mundo se fechava para aqueles que ousavam existir fora das medidas do padrão. Hoje, essas palavras nos soam cruéis [e de fato o são]. Mas elas também contam uma história: a história de uma ‘época em que a linguagem se confundia com o poder’, e o corpo do outro era território de controle.

Entre o olhar médico e o olhar social, o devir da linguagem se anuncia: as palavras começam a mudar e, com elas, muda também a forma de ver, de sentir, de cuidar. E dessa forma, compreendemos que “não se define um corpo (ou uma alma) por sua forma, nem por seus órgãos ou funções; tampouco se define um corpo, como uma substância ou um sujeito” (Deleuze, 2002, p. 128). A língua, que antes separava, agora busca aproximar. Os termos técnicos se dissolvem na tentativa de expressar o indizível: o humano que escapa às definições. Nesse movimento, nascem novas formas de nomear, novas possibilidades de existir.

ISSN 3086-2531

> Como Espinosa define um corpo? Um corpo qualquer, Espinosa o define de duas maneiras simultâneas. De um lado, um corpo, por menor que seja, sempre comporta uma infinidade de partículas: são as relações de repouso e de movimento, de velocidades e de lentidões entre partículas que definem um corpo, a individualidade de um corpo. De outro lado, um corpo afeta outros corpos, ou é afetado por outros corpos: é este poder de afetar e de ser afetado que também define um corpo na sua individualidade. Na aparência são duas proposições muito simples: uma é cinética, e a outra é dinâmica (Deleuze, 2002, p. 128).

O discurso sobre a deficiência começa a se transformar em discurso de dignidade. É o início de um tempo em que a palavra deixa de apontar o erro e passa a acolher a diferença: "[...] os cuidados médicos, reeducação e recuperação psíquica seriam apenas diferentes formas de uma programação do homem para adaptá-lo ao meio ambiente programado" (Illich, 1975, p. 91).

Com o avanço da pesquisa e o amadurecimento das concepções sobre o autismo, novas classificações passaram a compreender sua amplitude. Segundo Orrú (2016), esses avanços influenciaram a nomenclatura utilizada para designar indivíduos com TEA, o que pode ser observado nos dois principais sistemas de classificação diagnóstica psiquiátrica utilizados no Brasil, tanto na saúde pública quanto na privada: 1) Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente em sua 11ª edição – CID-11 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019); e 2) Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA).

O DSM-5 (2023) introduziu o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo que não se trata de uma condição homogênea, mas de um conjunto de manifestações que variam em intensidade, expressão e necessidades de suporte. Ao substituir categorias fragmentadas por uma concepção dimensional, o manual consolidou a ideia de espectro, enfatizando que o autismo não pode ser compreendido a partir de um único modelo fixo, mas como um campo de variações no desenvolvimento social, comunicativo e comportamental. Essa mudança terminológica representou não apenas uma atualização técnica, mas também uma alteração de perspectiva: ao admitir diferentes níveis de suporte, o DSM-5 contribuiu para deslocar o foco da classificação rígida para a compreensão das singularidades e das necessidades individuais, aproximando o debate clínico das discussões sobre inclusão, direitos e reconhecimento da diversidade neurobiológica.

ISSN 3086-2531

Essa mudança representou uma ruptura com a visão limitada de um quadro único, abrindo espaço para um entendimento mais humano, plural e inclusivo, caracterizando um devir da ciência e da linguagem. Nessa perspectiva, os discursos sobre normalidade e diferença se entrelaçam em uma rede de tensões que atravessam a história social. Como observa Pierucci (1999, p. 105), "falam de superioridade e inferioridade, de inclusão e exclusão, algumas delas muito fortes, sublinhadas, outras mais tênues, quem dera invisíveis, atributos que quase sempre se acham fora do controle dos próprios indivíduos por eles identificados".

Ao revisitarmos a trajetória histórica do autismo, da exclusão à escuta, percebemos que ela constitui a narrativa do reconhecimento do direito de existir com dignidade. A maneira como uma sociedade nomeia, classifica e intervém sobre determinados modos de vida revela seus regimes éticos e políticos. Cada mudança conceitual acerca do autismo não se restringe, portanto, a uma alteração terminológica ou diagnóstica. Trata-se, antes, de uma inflexão ética e epistemológica que redefine o estatuto do sujeito. O que outrora foi reduzido a um corpo a ser normalizado, controlado ou silenciado reivindica hoje visibilidade e voz como sujeito de direitos, portador de singularidades que interpelam a própria ideia de normalidade.

Nesse sentido, a provocação de Deleuze (2016, p. 31) ressoa com força: "'Autismo' é uma palavra muito ruim para designar o corpo sem órgãos e tudo aquilo que se passa sobre ele, que nada tem a ver com uma vida interior apartada da realidade. Perda de realidade, como dizer isso de alguém que vive próximo do real a um ponto insuportável". Essa leitura desloca a compreensão do autismo para além dos discursos médicos e psicológicos tradicionais, mostrando a potência de uma existência que se relaciona com o real de forma radicalmente própria. Ao invés de um déficit, o autismo revela um modo de presença que desafia as convenções perceptivas e comunicacionais, questionando o que se entende por "realidade compartilhada".

Compreender o autismo a partir dessa perspectiva implica repensar o paradigma normativo que sustenta as políticas de inclusão. Incluir não significa apenas inserir o "diferente" em um espaço previamente definido pela maioria; trata-se de transformar o próprio espaço comum, ampliando o campo do humano. A inclusão, portanto, não se reduz a uma diretriz institucional, a uma lei ou a uma prática pedagógica prescritiva; ela se constitui como um gesto ético e político de reconhecimento da alteridade. É um convite para que a sociedade — e,

ISSN 3086-2531

especialmente, a escola — aprenda a conviver com o diverso e o imprevisível que habita em cada um de nós, abrindo-se à experiência do encontro com o outro em sua diferença radical.

Ao passar da exclusão à escuta, desloca-se também a própria noção de sujeito: do indivíduo que deve adaptar-se aos padrões sociais para o sujeito que convoca a sociedade a reinventar suas formas de acolher e de se relacionar. Nesse movimento, o autismo deixa de ser apenas uma categoria clínica e se torna um espelho ético-político da nossa capacidade [ou incapacidade] de reconhecer a multiplicidade das formas de vida humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

'Concluir' esta travessia é reconhecer que a história do autismo é, fundamentalmente, a história de um olhar em constante transformação — um olhar que aprendeu, com o tempo, a enxergar o que antes era invisível. O que um dia foi silenciamento institucionalizado hoje encontra expressão em voz; o que já foi interpretado como desvio patológico é agora compreendido como diferença legítima. Aquilo que o saber médico inicial interpretou como ausência de contato afetivo revela-se, hoje, como outra forma de presença, tão autêntica quanto qualquer expressão do humano.

Ao percorrer o caminho entre a exclusão e a escuta, percebemos que o autismo não é apenas uma categoria diagnóstica, mas uma expressão singular do humano em devir — um modo de existir que desafia formas fixas do saber e convida à criação de novos sentidos sobre a vida, o corpo e o aprendizado. A ciência, ao longo do tempo, empenhou-se em nomear, classificar e revisar conceitos, tentando enquadrar o autismo em teorias e modelos que buscavam capturar o que parecia escapar à lógica da norma. Contudo, por mais que os avanços clínicos tenham ocorrido, é na experiência humana que o autismo encontra sua verdadeira morada: no encontro com o outro, na acolhida e no compromisso ético da escuta. É nesse território do sensível que as categorias se desfazem e o humano se revela em sua inteireza, mostrando que a importância do acolhimento ultrapassa o campo clínico e se torna um gesto de reconhecimento da existência alheia, permitindo que a diferença ocupe seu lugar de fala.

Compreender o autismo, portanto, revela-se menos uma tarefa de diagnóstico e mais um exercício de presença — uma aprendizagem sobre a delicadeza de habitar o mundo junto ao outro. Reconhecer essa trajetória histórica é compreender que o conhecimento, quando apartado

da sensibilidade, corre o risco de perder seu propósito humano. Educar, nesse contexto psicopedagógico, significa muito mais do que instruir: é abrir espaço para o encontro real entre as diferenças, onde a "geometria da mesmice" observada nos casos pioneiros deixa de ser sintoma e passa a ser compreendida como uma gramática particular de ser.

A inclusão, assim, não se efetiva apenas por documentos normativos ou discursos teóricos, mas nos gestos cotidianos de respeito e reconhecimento. É preciso perceber que o direito à educação é, antes de tudo, o direito de ser visto, ouvido e valorizado em sua singularidade irrepetível. Para psicopedagogos, o compromisso reside em garantir que escola e clínica não sejam espaços de adequação à norma, mas territórios onde o direito de ser diferente seja a base de qualquer processo de ensino e aprendizagem.

O autismo nos ensina sobre os limites e potências da linguagem, sobre a beleza da diversidade e sobre a urgência de um mundo que reconheça o outro como parte de nós. Na travessia entre o olhar clínico e o olhar humano, entre a norma e a singularidade, o autismo torna-se espelho: reflete nossa capacidade coletiva de amar, compreender e transformar a realidade. A resistência daqueles que vieram antes, enfrentando isolamento e esquecimento, pavimentou o caminho para que hoje possamos pensar em uma sociedade que busque a inclusão não como favor, mas como justiça.

Talvez esse seja o verdadeiro sentido de falar em devir humano: reconhecer que estamos todos em movimento, aprendendo, a cada encontro, o que significa viver com dignidade. Acolher com delicadeza e existir com humanidade são os pilares que sustentam uma prática profissional ética e sensível. Que este trabalho seja um convite para que a escuta silenciosa se transforme em ação transformadora, honrando a história dos corpos que resistiram e garantindo que o futuro seja escrito com as cores da multiplicidade e do respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5**.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CASTELA, Catarina. **Representações sociais e atitudes face ao autismo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos:** textos e entrevistas. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, Gilles. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, Sandra. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 18, p. 307-313. 2015.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia:** a história do autismo (Laura. A. de Araújo, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

ILLICH, Ivan**. A expropriação da saúde**: nêmesis da medicina. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. 1943. P. S. Rocha (Org.), Autismos. São Paulo: Escuta, 1997.

LEBOYER, Marion. **Autismo Infantil:** Fatos e modelos. Campinas: Papirus, 1995.

LIMA, Rossano Cabral. A construção histórica do autismo (1943-1983). **Ciências Humanas e Sociais em Revista,** v. 36, p. 109-123. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde:** CID-11. Tradução do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. São Paulo: EDUSP; 2019.

ORRÚ, Silvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

ORRÚ, Silvia Ester. **Aprendizes com autismo:** aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Vozes, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Editora 34, 1999.

Recebido em: 10/03/2026.
Aceito em: 10/03/2026.